

Emergências - ICMBio

Coordenação de Emergências
Climáticas e Epizootias - COECE

Coordenação Geral de Pesquisa e
Monitoramento da Biodiversidade -
CGPEQ

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e
Monitoramento da Biodiversidade -
DIBIO



ICMBio

LEI N° 11.516, DE 28 DE AGOSTO DE 2007.

Conversão da Medida Provisória n° 366, de 2007



Art. 1o Fica criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

- I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
- IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e
- V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

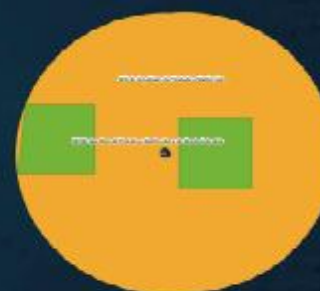
Unidades de Conservação Federais, RPPNs Centros de Pesquisa e Gerências Regionais - 2025

BIOMAS

- Amazônia
- Caatinga
- Cerrado
- Mata Atlântica
- Pampa
- Pantanal

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

- Proteção Integral
- Uso Sustentável
- Sede das Gerências Regionais
- RPPNs Federais
- ACADEBio - Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
- Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação
- Capitais
- Gerências Regionais
- Limites estaduais
- Rodovias Principais
- Hidrografia



344 Unidades de
Conservação

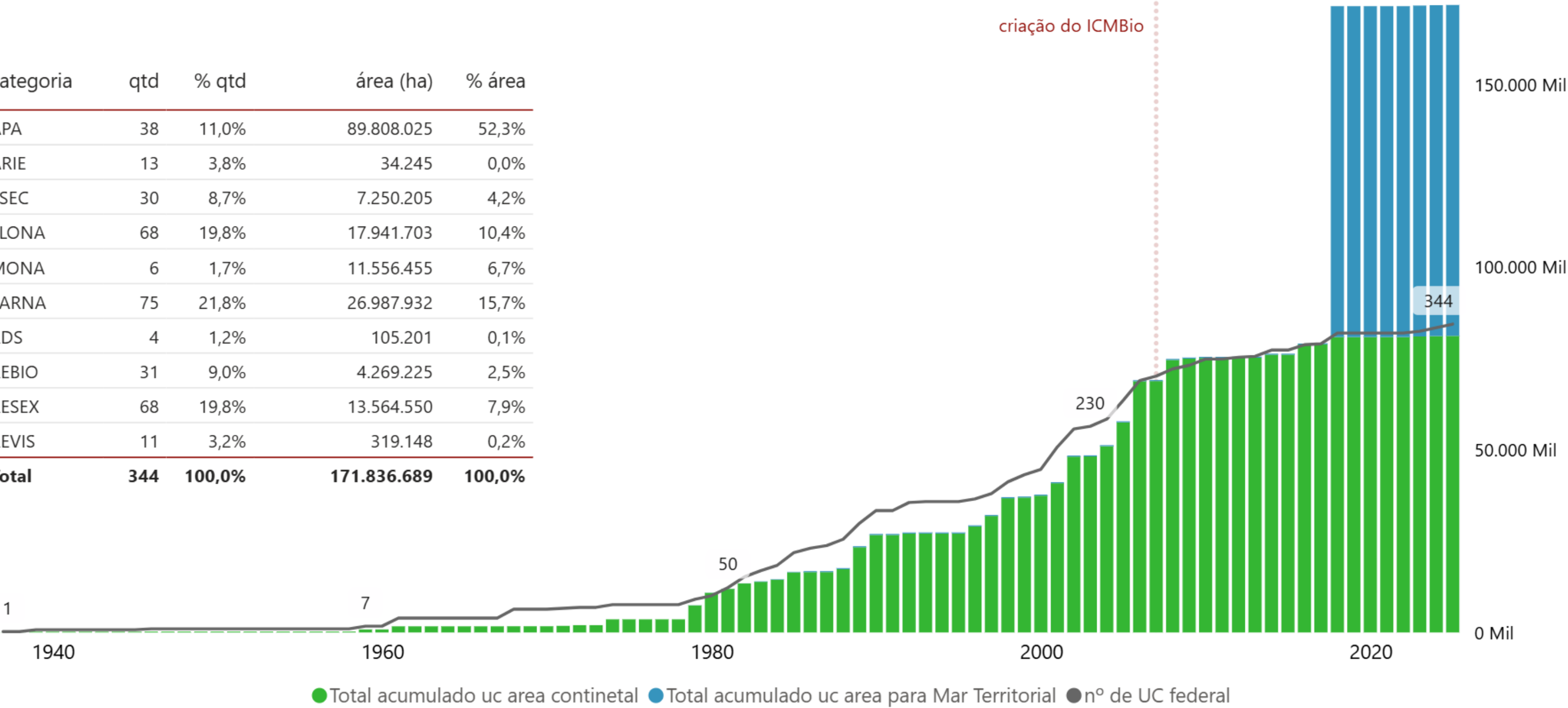


Área (ha) em Unidades de Conservação federal dos biomas

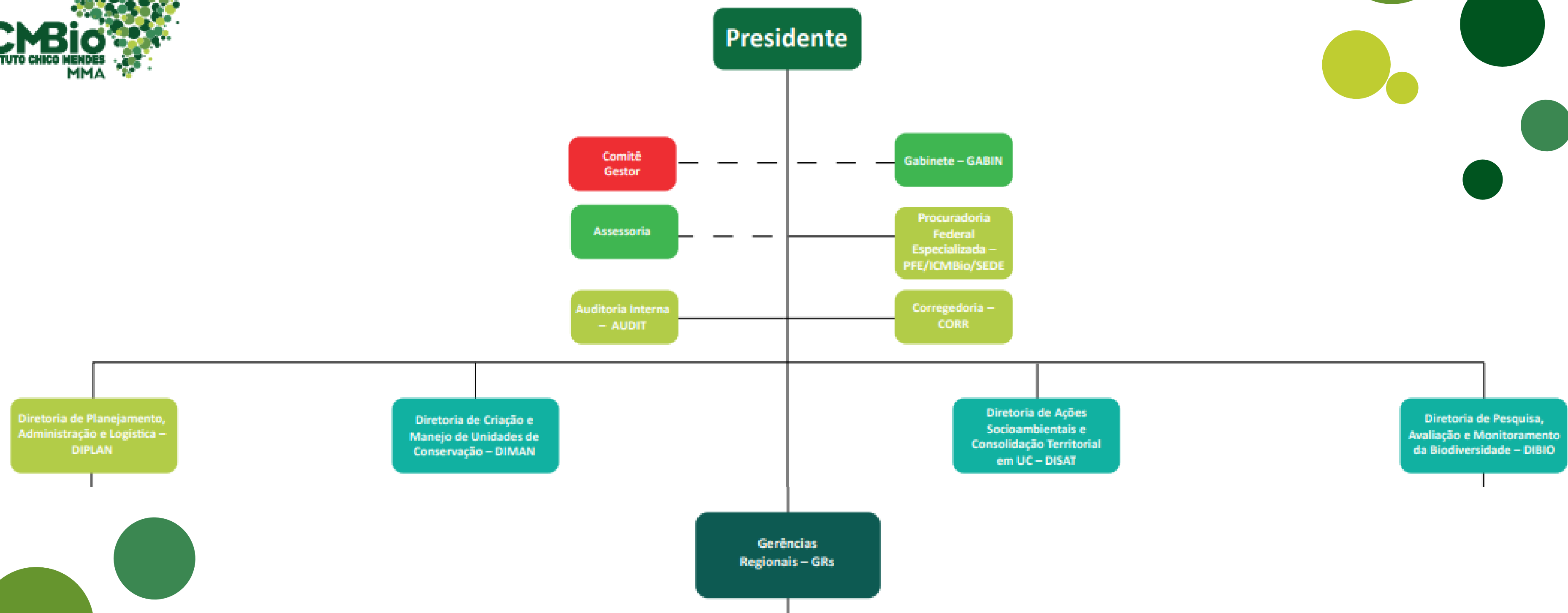
bioma referencial	qtd de UC	% qtd ▼	área (ha)*	% área
Mar Territorial	8	2,3%	90.620.072	52,7%
Amazônia	129	37,5%	64.377.279	37,5%
Cerrado	43	12,5%	5.300.974	3,1%
Caatinga	31	9,0%	5.111.352	3,0%
Mata Atlântica	93	27,0%	3.736.534	2,2%
Marinho-Costeiro	31	9,0%	2.132.724	1,2%
Pampas	3	0,9%	386.320	0,2%
Pantanal	2	0,6%	147.478	0,1%
Mata Atlântica e Marinho-Costeiro	4	1,2%	23.957	0,0%
Total	344	100,0%	171.836.689	100,0%

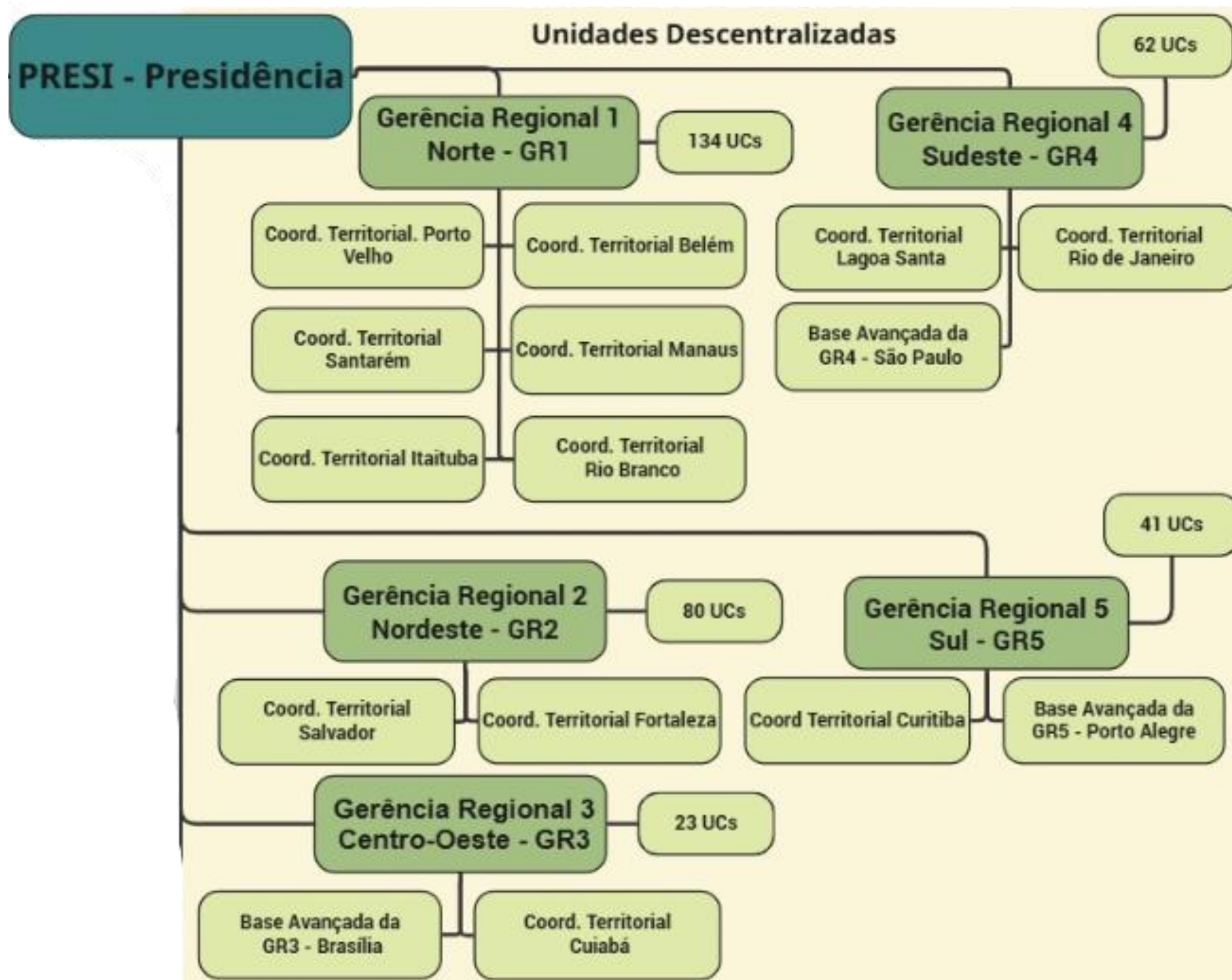
Quantidade e área* (hectares) das Unidades de Conservação federais (acumulado)

categoria	qtd	% qtd	área (ha)	% área
APA	38	11,0%	89.808.025	52,3%
ARIE	13	3,8%	34.245	0,0%
ESEC	30	8,7%	7.250.205	4,2%
FLONA	68	19,8%	17.941.703	10,4%
MONA	6	1,7%	11.556.455	6,7%
PARNA	75	21,8%	26.987.932	15,7%
RDS	4	1,2%	105.201	0,1%
REBIO	31	9,0%	4.269.225	2,5%
RESEX	68	19,8%	13.564.550	7,9%
REVIS	11	3,2%	319.148	0,2%
Total	344	100,0%	171.836.689	100,0%



Organograma







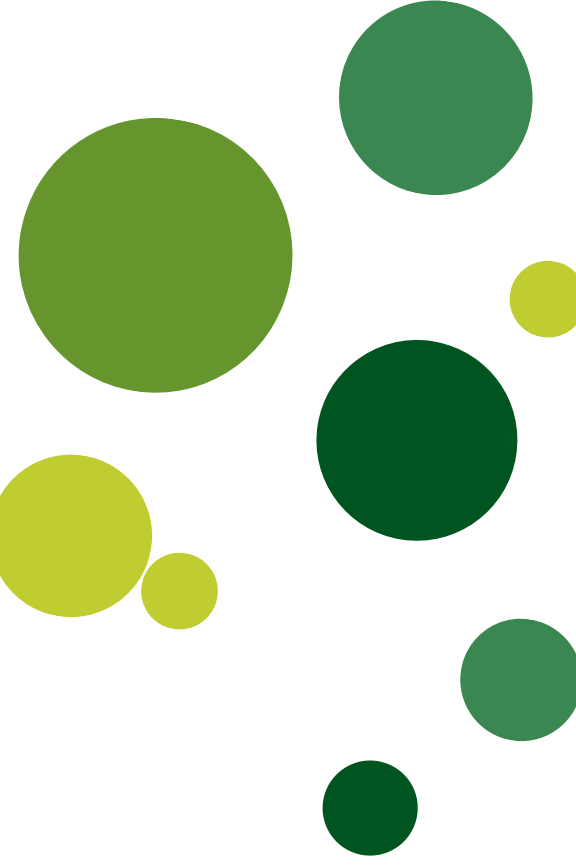
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/11/2024 | Edição: 227 | Seção: 1 | Página: 3

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 12.258, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

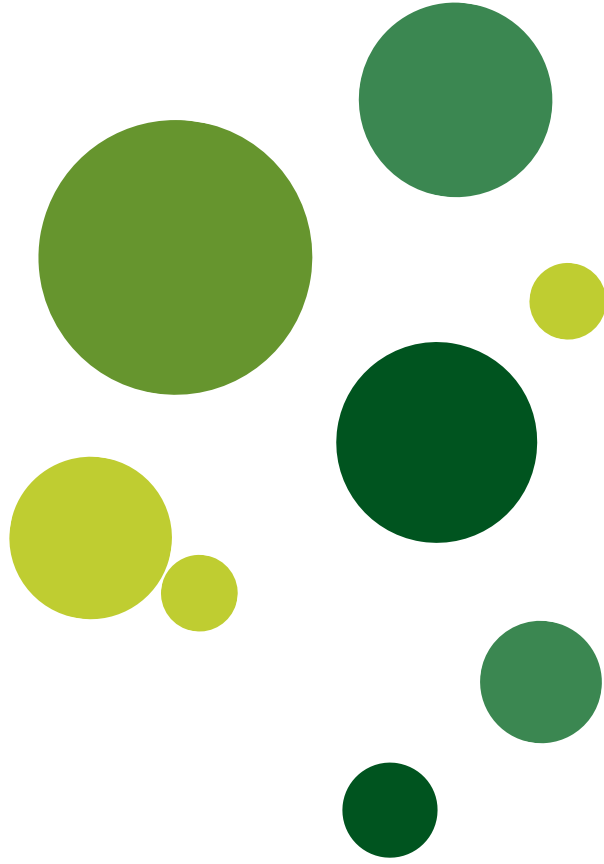
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.



Competência do ICMBio

Art. 2º Compete ao Instituto Chico Mendes, ressalvadas as competências dos órgãos e das autarquias integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

- I - **propor** ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima **a criação ou a alteração de unidades de conservação federais**;
- II - **gerir as unidades de conservação federais** no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;
- III - **promover a participação social na gestão** das unidades de conservação federais;
- IV - **promover a integração das unidades de conservação federais nas políticas regionais de gestão territorial**;
- V - **promover a regularização fundiária**, os ajustes e as adequações necessários à consolidação territorial das unidades de conservação federais;
- VI - **monitorar, prevenir e controlar desmatamentos, incêndios e outras formas de degradação** de ecossistemas nas unidades de conservação federais e nas suas zonas de amortecimento;
- VII - **fiscalizar e aplicar penalidades administrativas ambientais** pelo descumprimento da legislação quanto à proteção das unidades de conservação federais e das suas zonas de amortecimento;
- VIII - **prevenir a introdução e controlar ou erradicar espécies exóticas invasoras**, em unidades de conservação federais e em suas zonas de amortecimento;



IX - promover, executar e autorizar a **recuperação e a restauração das áreas** degradadas em unidades de conservação federais;

X - **promover e autorizar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio ao extrativismo** nas unidades de conservação federais;

XI - **promover arranjos de governança das áreas de unidades de conservação federais** sobrepostas a territórios tradicionais, em articulação com os demais órgãos competentes;

XII - **promover a gestão da informação relativa às unidades de conservação federais** e às demais áreas de atuação finalística do Instituto;

XIII - **promover a visitação pública** destinada à recreação, à educação, à interpretação ambiental e ao ecoturismo em unidades de conservação federais;

XIV - **promover, direta ou indiretamente, o uso econômico dos recursos naturais** nas unidades de conservação federais, obedecidas as exigências legais, a sustentabilidade do meio ambiente e a repartição de benefícios, no que se refere:

a) ao uso público, ao ecoturismo, à exploração comercial de imagem e a outros serviços e produtos similares; e

b) aos produtos e subprodutos da biodiversidade e aos serviços ambientais;

XV - **realizar o ordenamento pesqueiro dentro das unidades de conservação federais**, em articulação com os demais órgãos competentes;



XVI - autorizar a inclusão de unidades de conservação federais de uso sustentável no Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF, de que trata o [art. 10 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006](#);

XVII - **desenvolver ações de conservação e monitoramento da biodiversidade** nas unidades de conservação federais que contribuam para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima;

XVIII - **fomentar, coordenar e executar programas de pesquisa científica** aplicada à conservação da biodiversidade, à gestão e ao desenvolvimento sustentável nas unidades de conservação federais;

XIX - **autorizar a realização de pesquisa e de coleta de material biótico e abiótico** para fins científicos nas unidades de conservação federais;

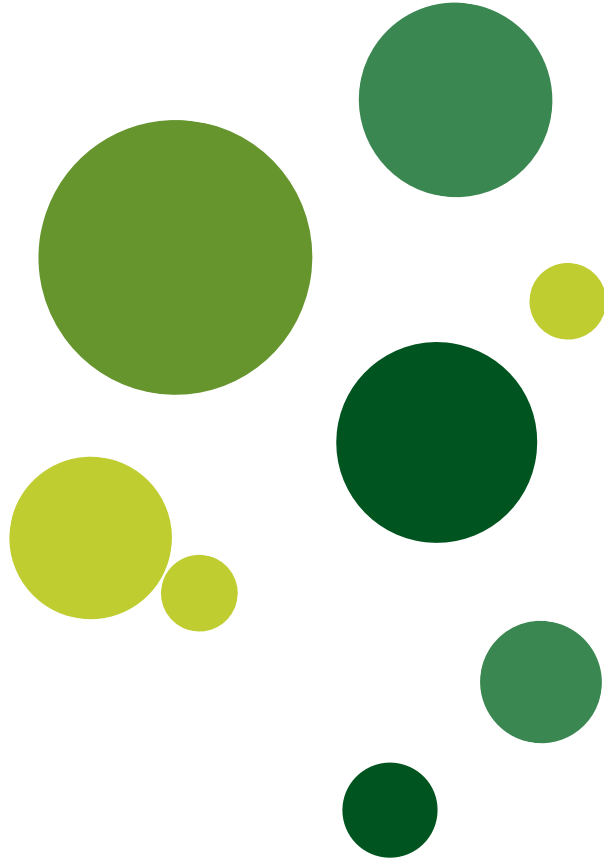
XX - **autorizar a realização de pesquisa em cavidades naturais subterrâneas**, incluída a coleta de material biótico e abiótico;

XXI - **autorizar a captura, a coleta, o transporte, a reintrodução e a destinação de material biológico**, com finalidade didática ou científica, nas unidades de conservação federais;

XXII - **autorizar a reintrodução de espécies** nas unidades de conservação federais ou nas suas zonas de amortecimento;

XXIII - **autorizar o órgão ambiental competente a conceder licenciamento de atividades** de significativo impacto ambiental que afetem unidades de conservação sob sua administração e em suas zonas de amortecimento, nos termos do disposto no [art. 36, § 3º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#);

XXIV - **estabelecer, em comum acordo com o empreendedor, formas de compensação por impactos negativos irreversíveis em cavidades naturais subterrâneas**, nos termos do disposto no [Decreto nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022](#);



XXV - **propor e editar normas** e padrões de gestão, de conservação, de uso sustentável e de proteção da biodiversidade e do patrimônio espeleológico, no âmbito das unidades de conservação federais;

XXVI - **elaborar o relatório de gestão das unidades de conservação federais**;

XXVII - **disseminar informações e conhecimentos** e executar programas de educação ambiental, no âmbito de suas competências, relativos à gestão de unidades de conservação federais e à conservação de espécies e ecossistemas ameaçados;

XXVIII - **elaborar o diagnóstico científico do estado de conservação da biodiversidade** brasileira e propor a atualização das listas nacionais oficiais de espécies ameaçadas de extinção;

XXIX - **elaborar, aprovar e implementar os planos de ação nacionais para a conservação e o manejo das espécies ameaçadas de extinção no País** e os planos de redução de impactos sobre a biodiversidade;

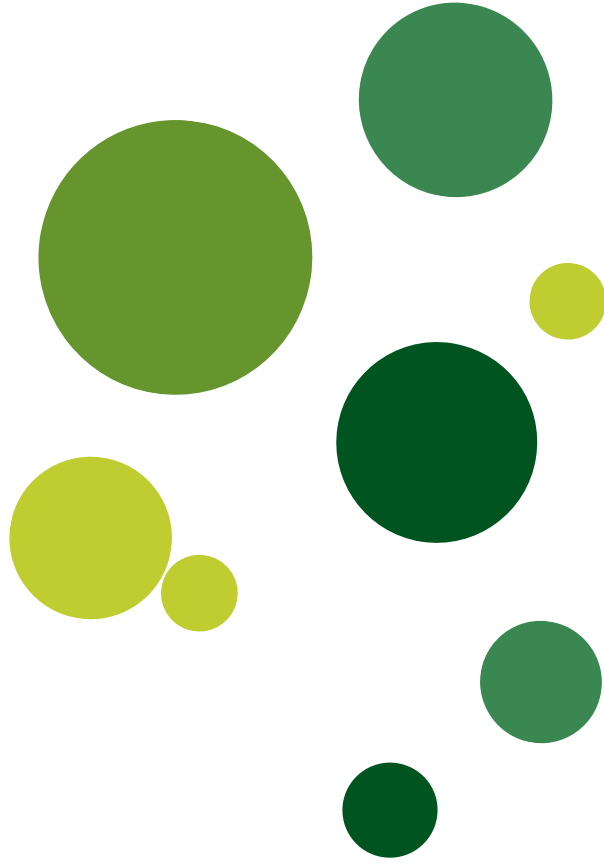
XXX - **atuar como Autoridade Científica da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção**;

XXXI - implementar, no âmbito de suas competências, as normas e **os acordos internacionais adotados pelo País, nas áreas de atuação finalística**;

XXXII - **apoiar a implementação do Sistema Nacional de Informações** sobre Meio Ambiente;

XXXIII - **apoiar a implementação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**;

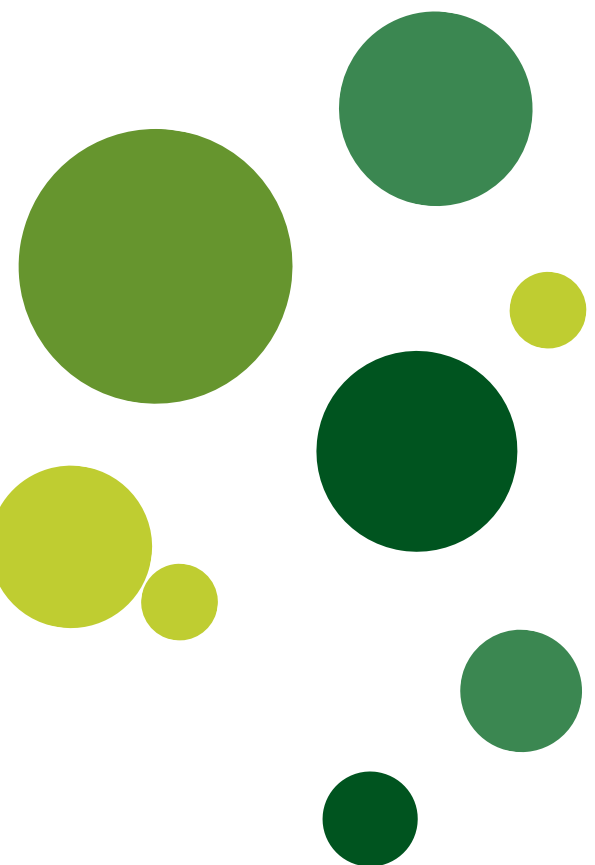




XXXIV - atuar na prevenção e na resposta aos desastres naturais e às emergências ambientais e climáticas dentro das unidades de conservação federais e em seu entorno, em articulação com os demais órgãos competentes;

XXXV - subsidiar tecnicamente as ações de vigilância em saúde nos casos de epizootias; e

XXXVI - atuar na prevenção e na resposta aos desastres naturais e às emergências climáticas que envolvam animais da fauna silvestre nativa, em articulação com os demais órgãos competentes.



Vídeo Institucional



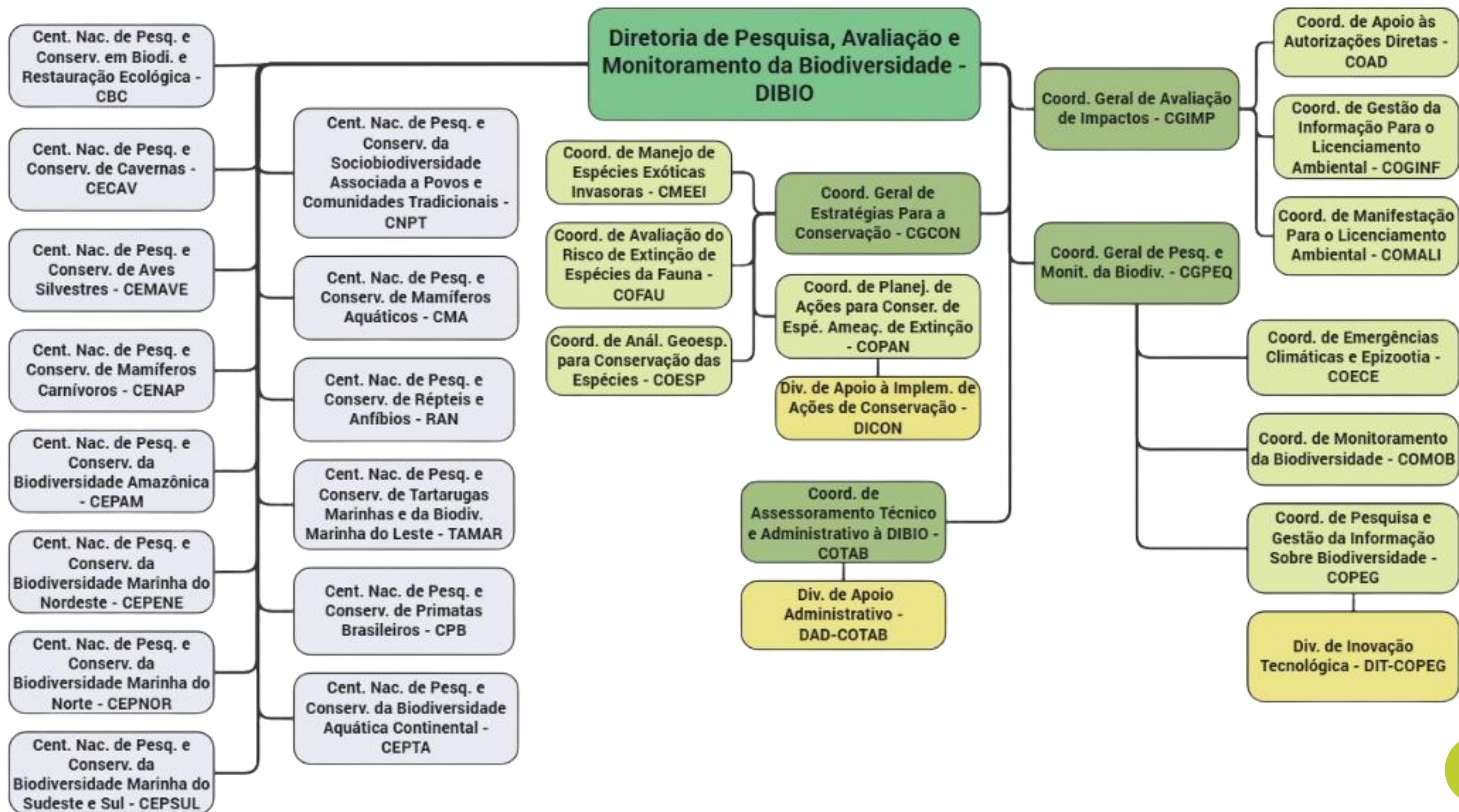
Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Organograma da DIBIO

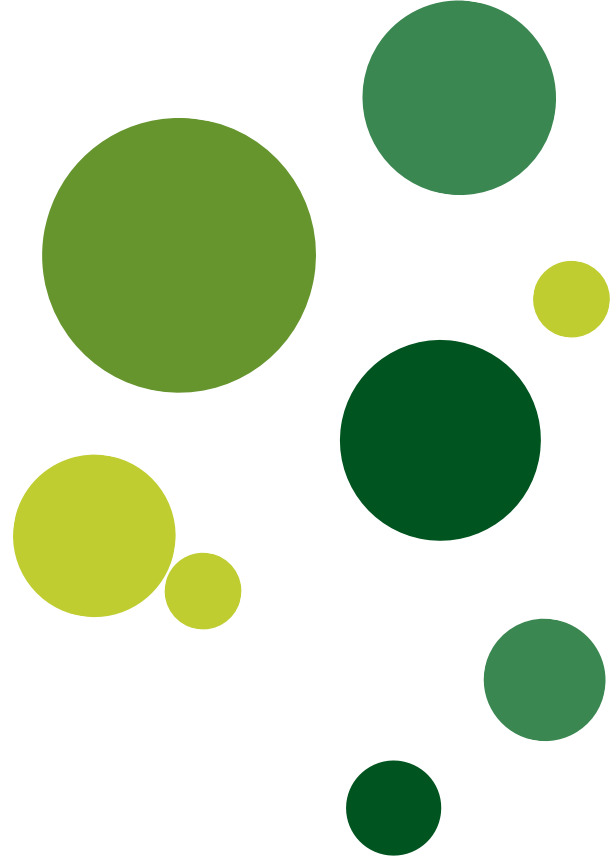




Competência da DIBIO

Art. 13. Compete à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade em Unidades de Conservação planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar as ações relativas:

X - à atuação nas respostas a desastres naturais decorrentes de emergências climáticas nas unidades de conservação federais e fora delas, quando envolver animais da fauna nativa, e nas ações de vigilância em saúde que envolvam epizootias, no seu âmbito de atuação.





São atribuições da COECE:

I - a atuação na **prevenção e resposta** a desastres naturais, **emergências ambientais e climáticas** nas **unidades de conservação federais** e em seu entorno e que envolvam animais da **fauna silvestre nativa** ou **populações e comunidades tradicionais**, em articulação com os demais órgãos competentes;

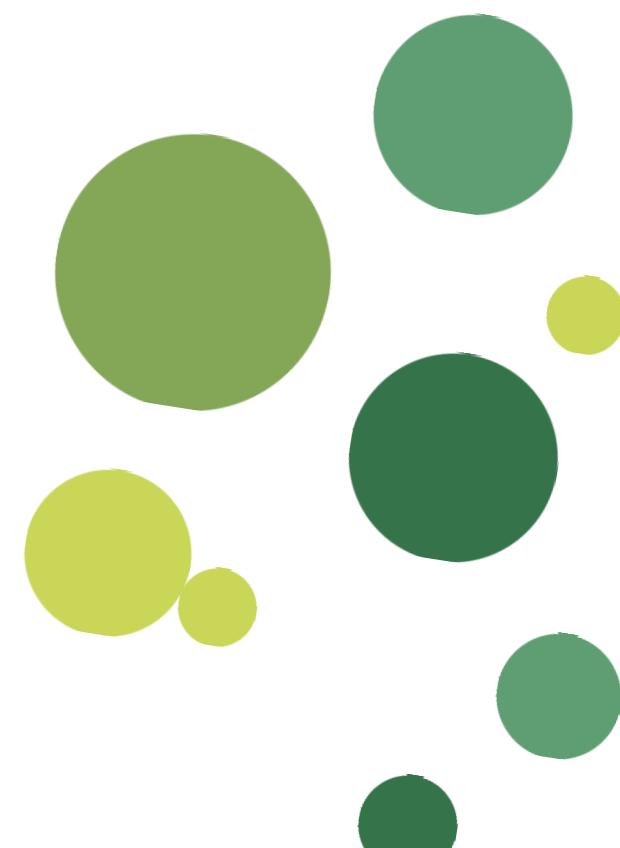
II - o subsídio para **elaboração de estratégias** institucionais relativas à **prevenção e resposta** às emergências climáticas, ambientais e as **ações de vigilância em saúde** nos casos de **epizootias** das **unidades de conservação federais** e em seu entorno;

III - a coordenação das ações do Instituto em eventos emergenciais e atendimento a incidentes que ameacem ou impactem unidades de conservação federais e animais da fauna silvestre nativa ou populações e comunidades tradicionais;





- Emergência Climática: ameaça ao bem-estar do meio ambiente e à saúde pública, envolvendo comunidades e populações tradicionais que residam dentro, no entorno ou que façam uso de UCs federais, em decorrência de desastre natural de **origem climática**, constituindo-se em situação de gravidade excepcional que exige a adoção de medidas apropriadas, incluindo-se ajuda humanitária.
- Epizootias: conceito utilizado em veterinária e ecologia das populações para qualificar **uma enfermidade** contagiosa que ataca um número inusitado de animais **ao mesmo tempo e na mesma região e que se propaga** com rapidez, podendo levar ou não a morte.

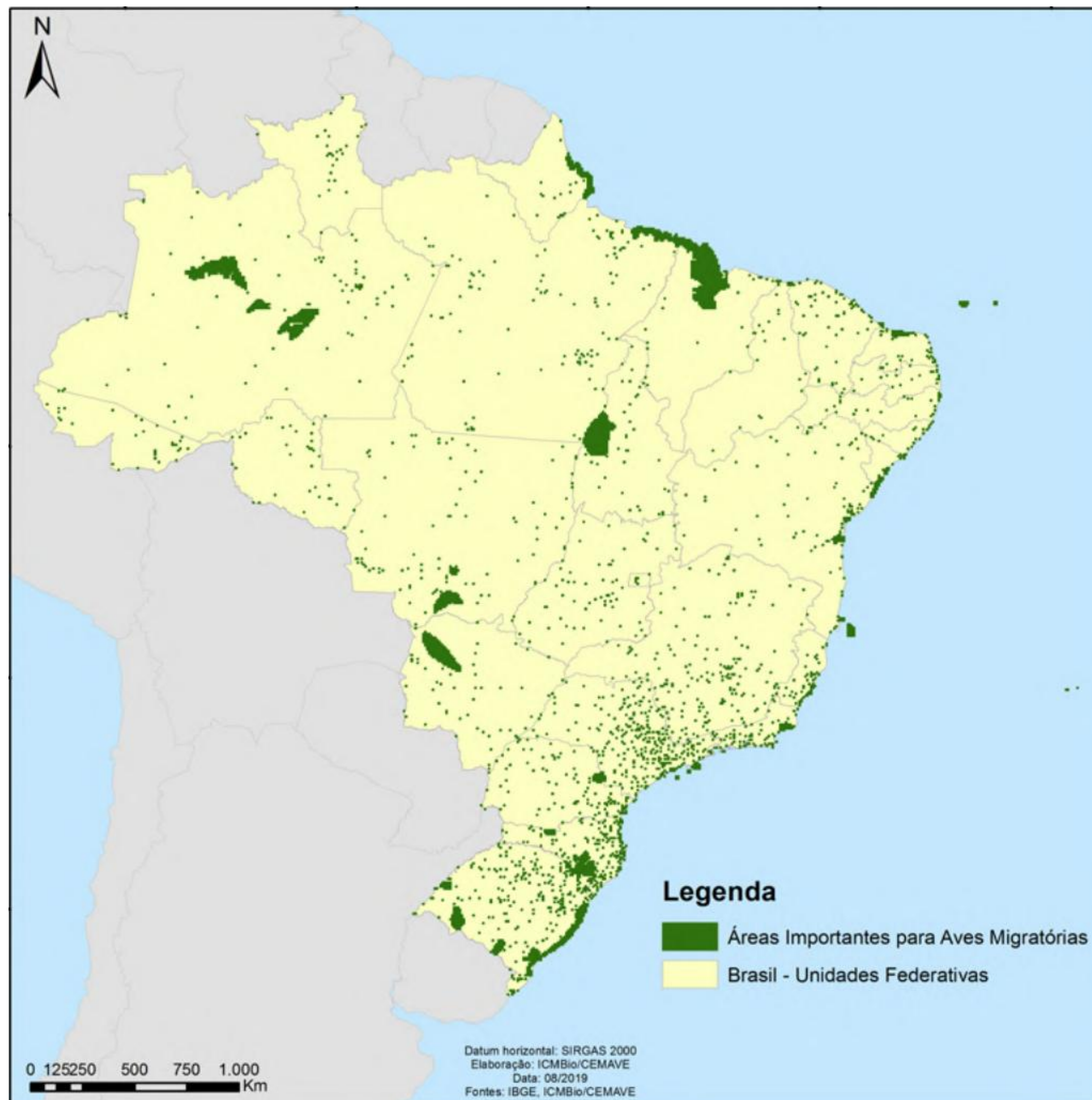


Emergência Zoossanitária de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade

2023/2024



Áreas importantes para Aves Migratórias

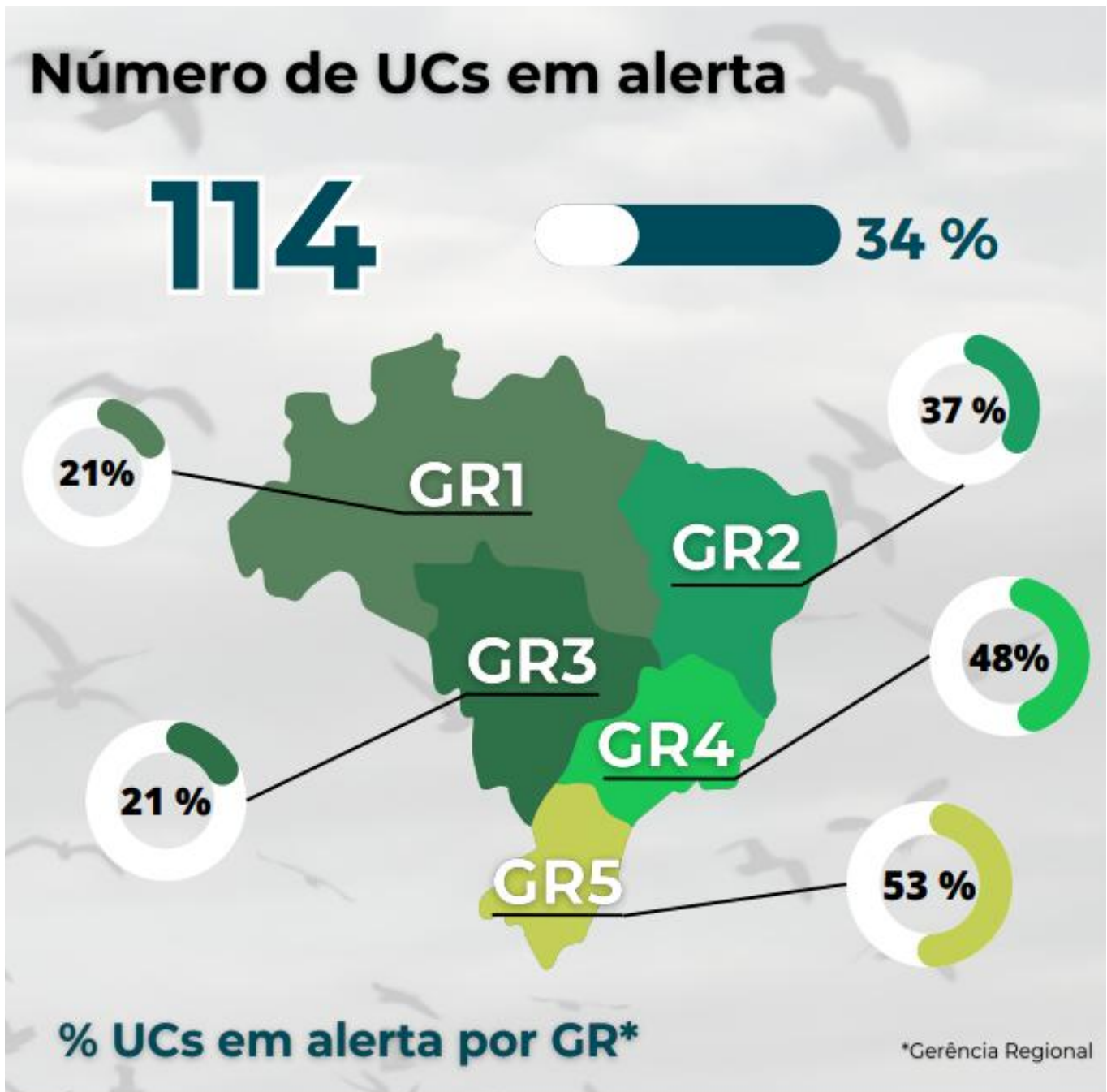


Emergência Zoossanitária
de Influenza Aviária de Alta
Patogenicidade

2023/2024



Atuação com o CEMAVE/ICMBio



Número de UCs atingidas por Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP)

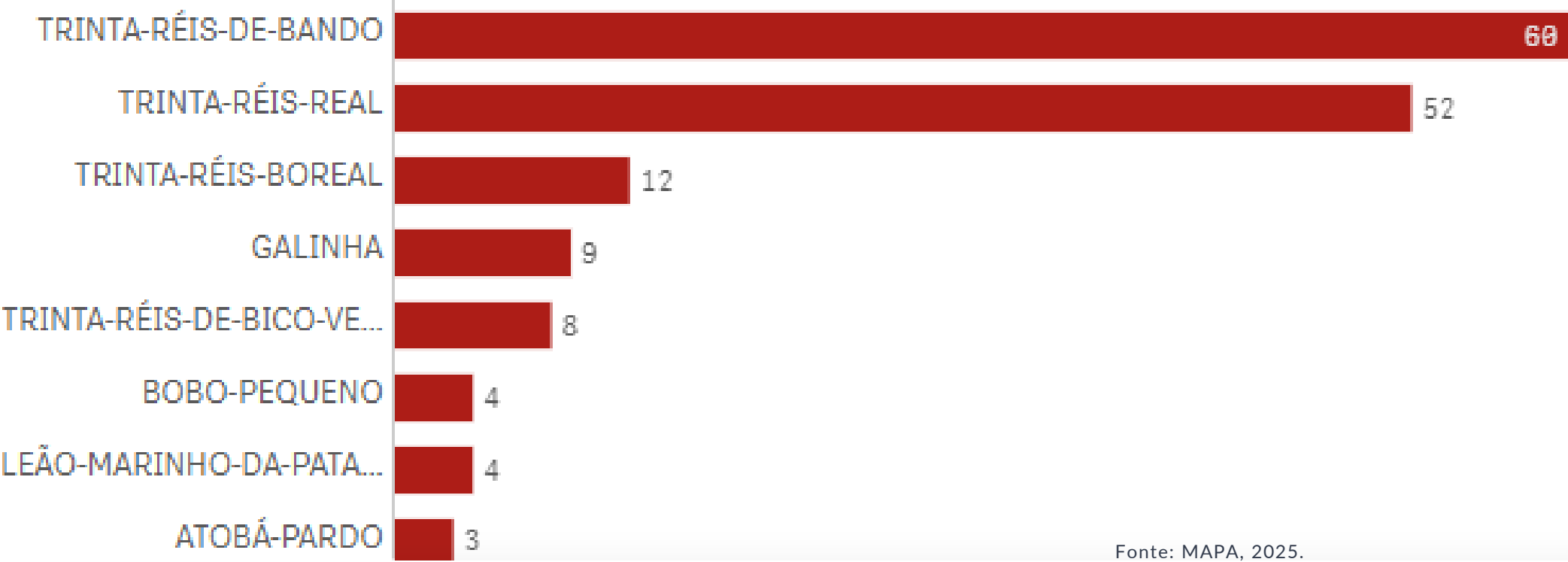


Emergência Zoossanitária de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade

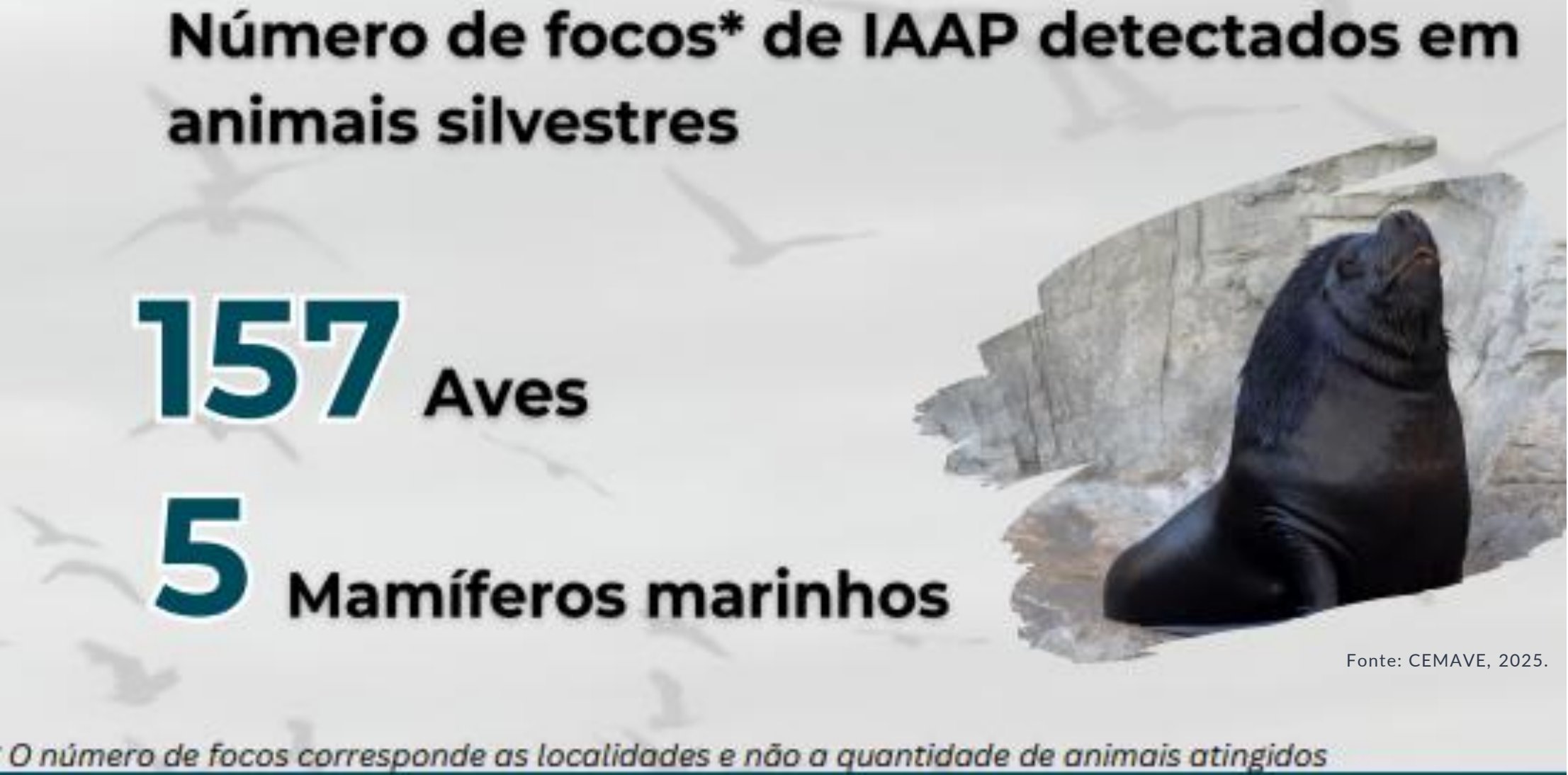
2023/2024



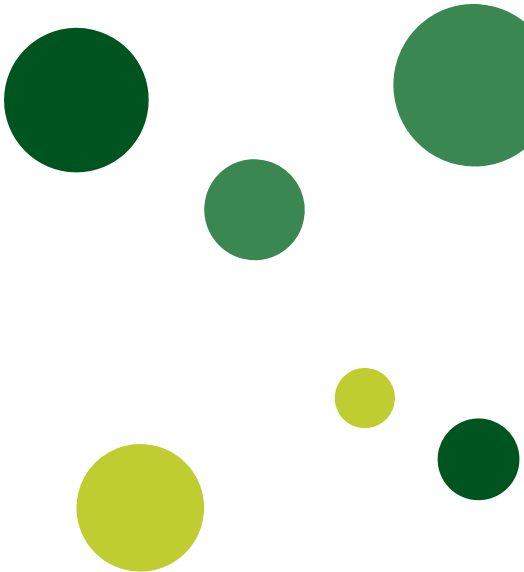
Principais espécies afetadas



Fonte: MAPA, 2025.



Atuação com o CEMAVE/ICMBio



Emergência Zoonossanitária de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade

2023/2024



Desafios Enfrentados:

- UC com aves migratórias e nativas, que possuem risco elevado de contaminação em locais de passagem e alimentação de aves aquáticas.
- Articulação da resposta: destinação das carcaças de aves e de mamíferos aquáticos; comunicação com os usuários das praias e a gestão da emoção.

Emergência Fauna Pantanal

2023/2024

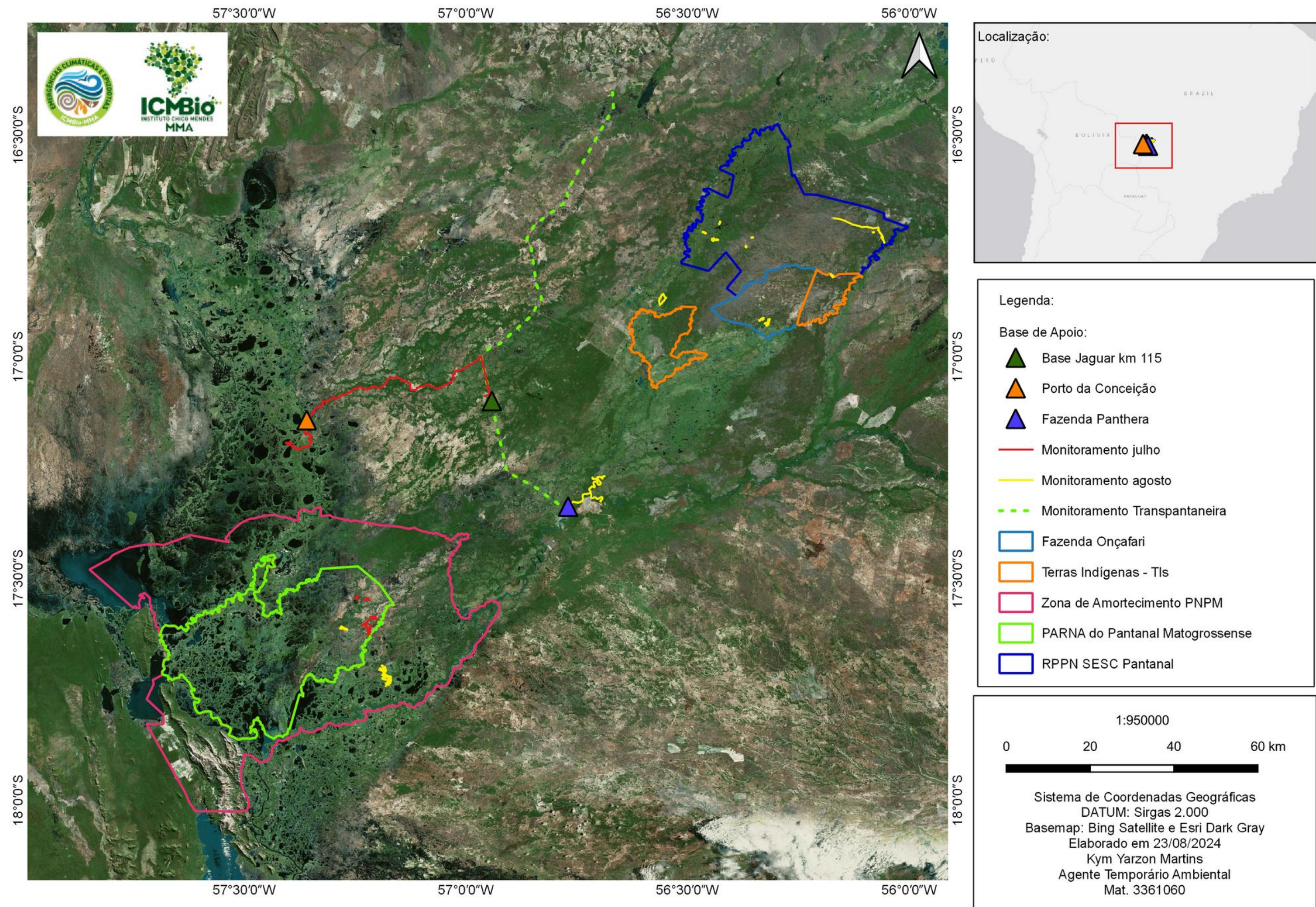


Emergências Fauna Pantanal - 2024

O Comando de Incidentes no Pantanal Matogrossense foi instaurado em 09 de julho de 2024 pela Coordenação de Emergências Climáticas e Epizootias (COECE).

O objetivo foi monitorar e resgatar a fauna afetada pelos incêndios e pela seca nas áreas do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (PNPM) e região.





Áreas Monitoradas

Inicialmente dois setores foram monitorados:

- Transpantaneira
- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense

Evolução dos incêndios

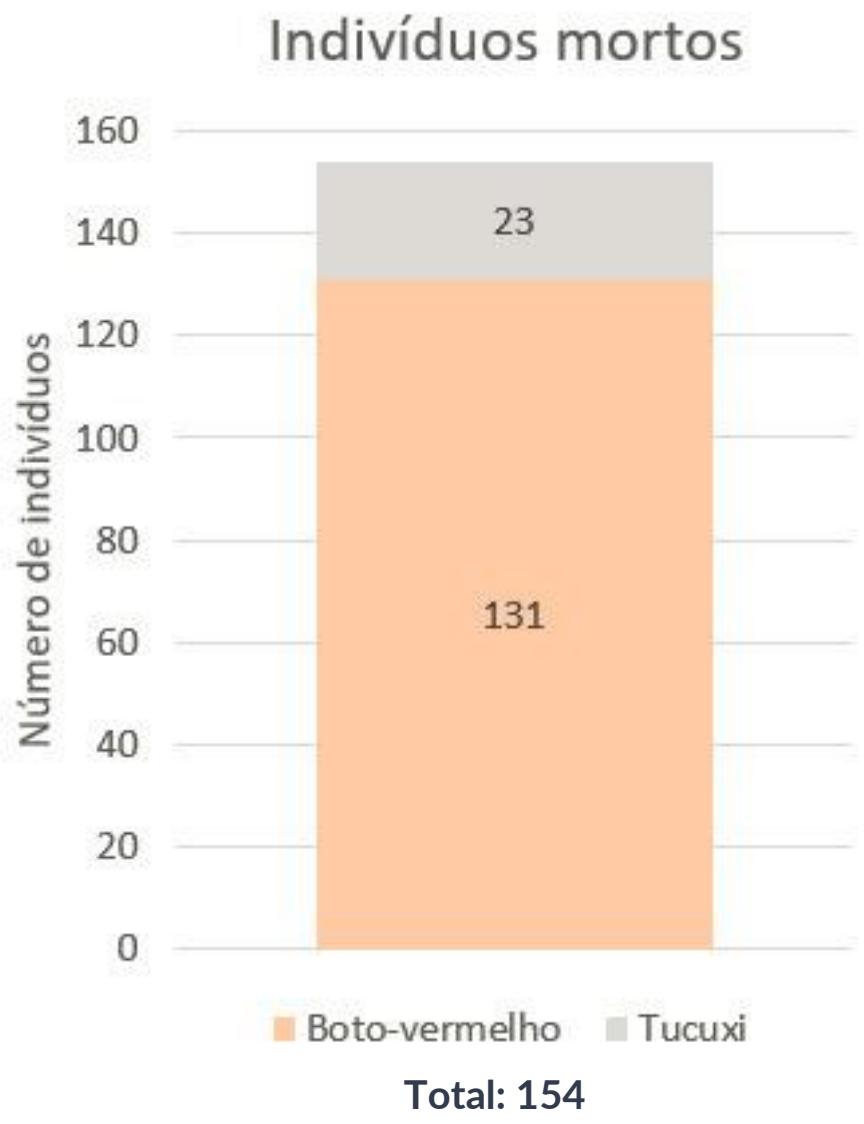
- RPPN SESC Pantanal
- Fazenda Onçafari
- Parque Estadual Encontro das Águas
- Margens da Transpantaneira

Emergência Botos Tefé

2023/2024



Foto: Adriana Colosio



Emergência Botos Tefé 2024



Foto: Bruno Kelly

Temperatura d'água (graus Celsius) durante monitoramentos: 20/09/24 - 05/10/2024



BOTO-VERMELHO (*Inia geoffrensis*)

Adultos: 2639



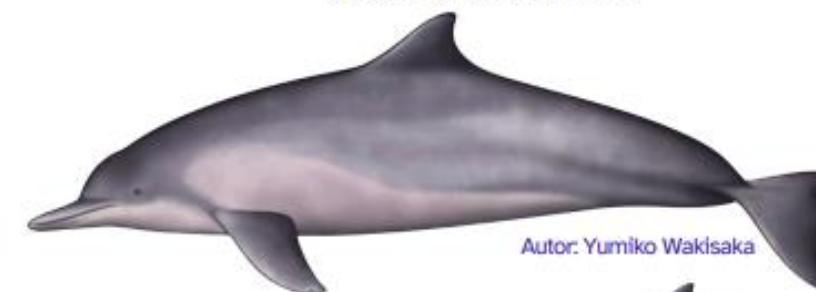
Autor: Uko Gorter

Filhotes: 307



TUCUXI (*Sotalia fluviatilis*)

Adultos: 2530



Autor: Yumiko Wakisaka

Filhotes: 211



PEIXE-BOI-AMAZÔNICO (*Trichechus inunguis*)

Adultos: 8



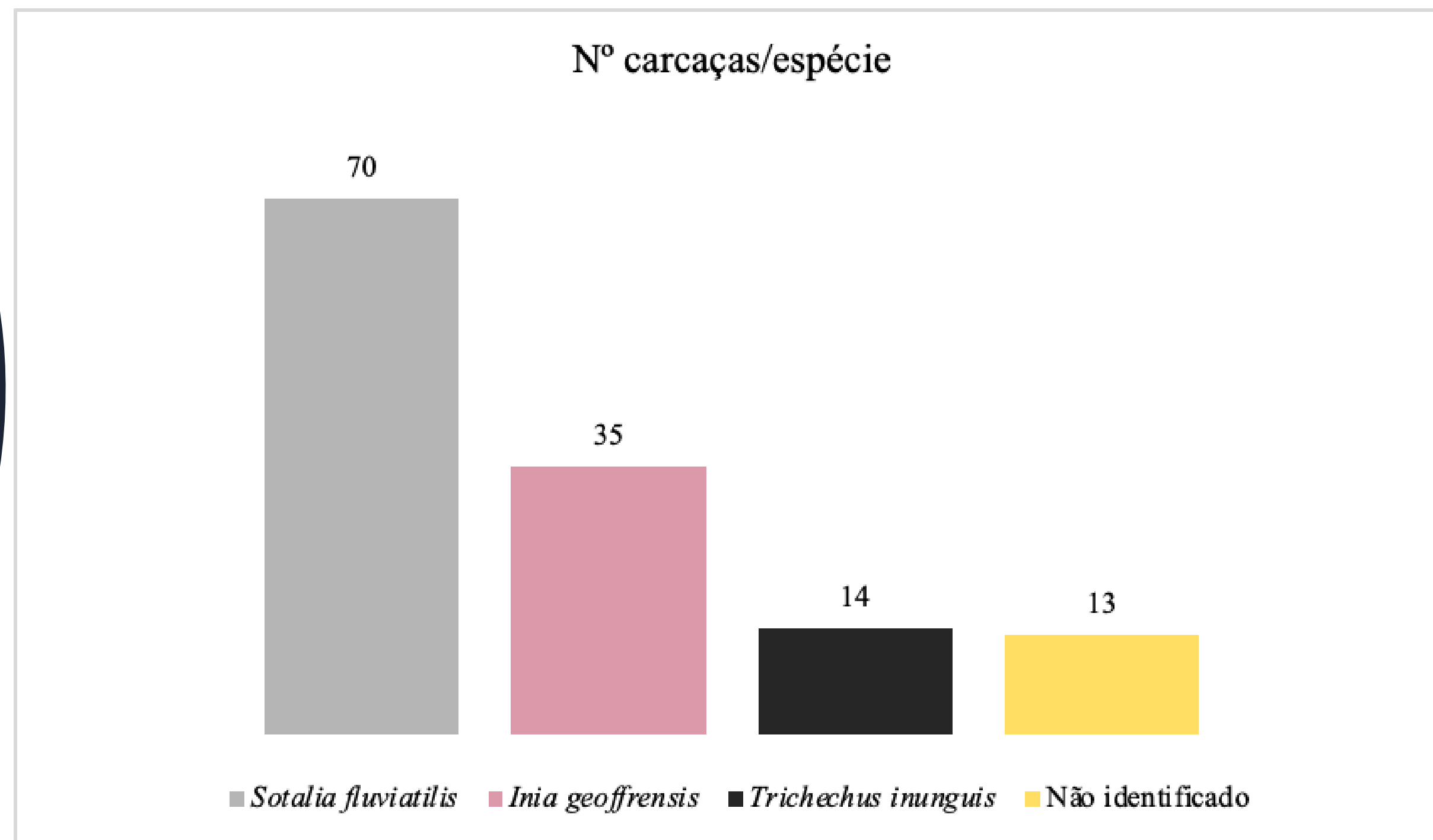
AUTORI: ANDREZA SILVA & LAYSE ALBUQUERQUE

Emergência Botos Coari

2023



Foto: Cláudia Sacramento

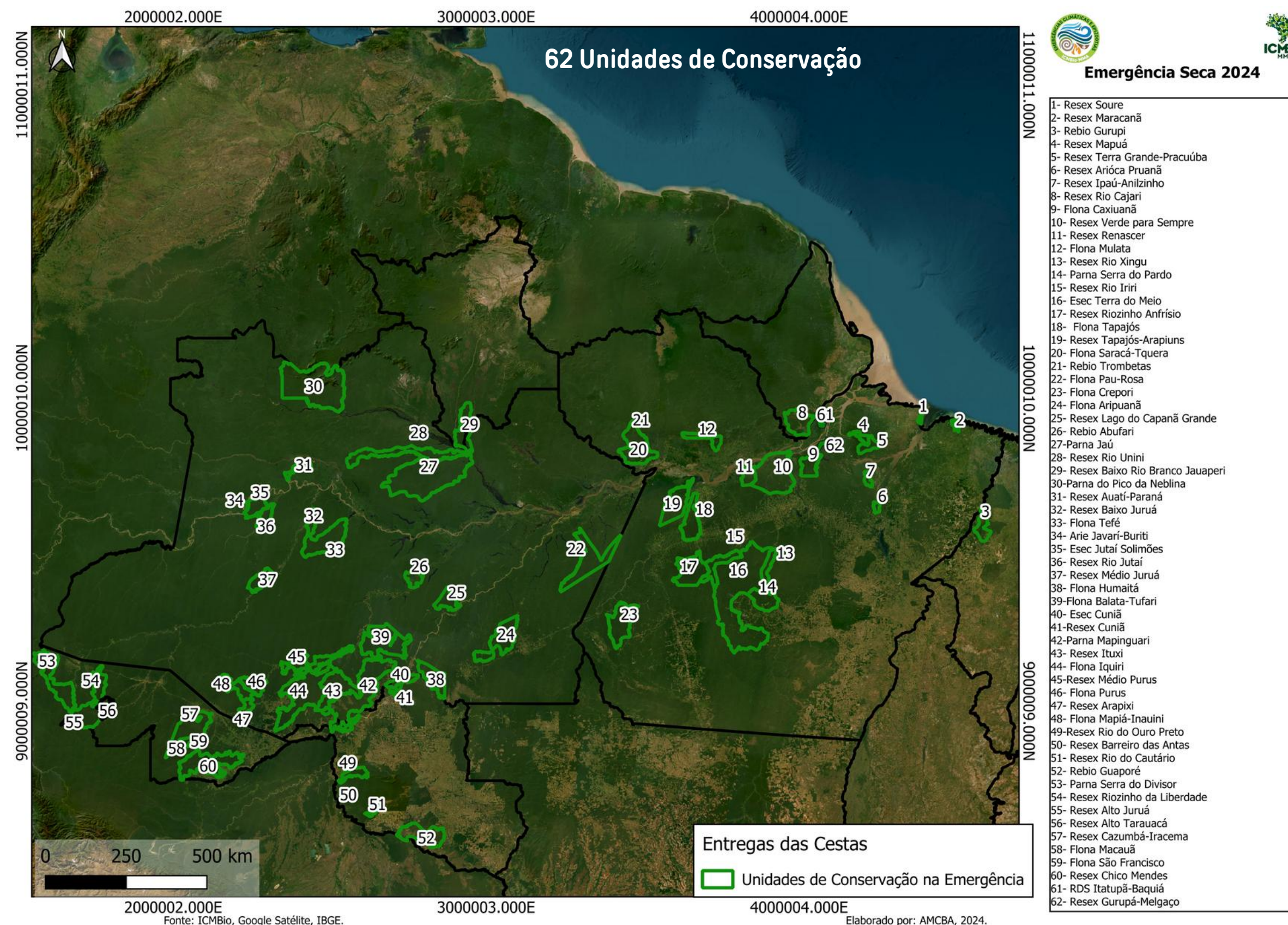


Total:
132

Emergência Seca Amazônica 2024



Foto: Bruno
Matos



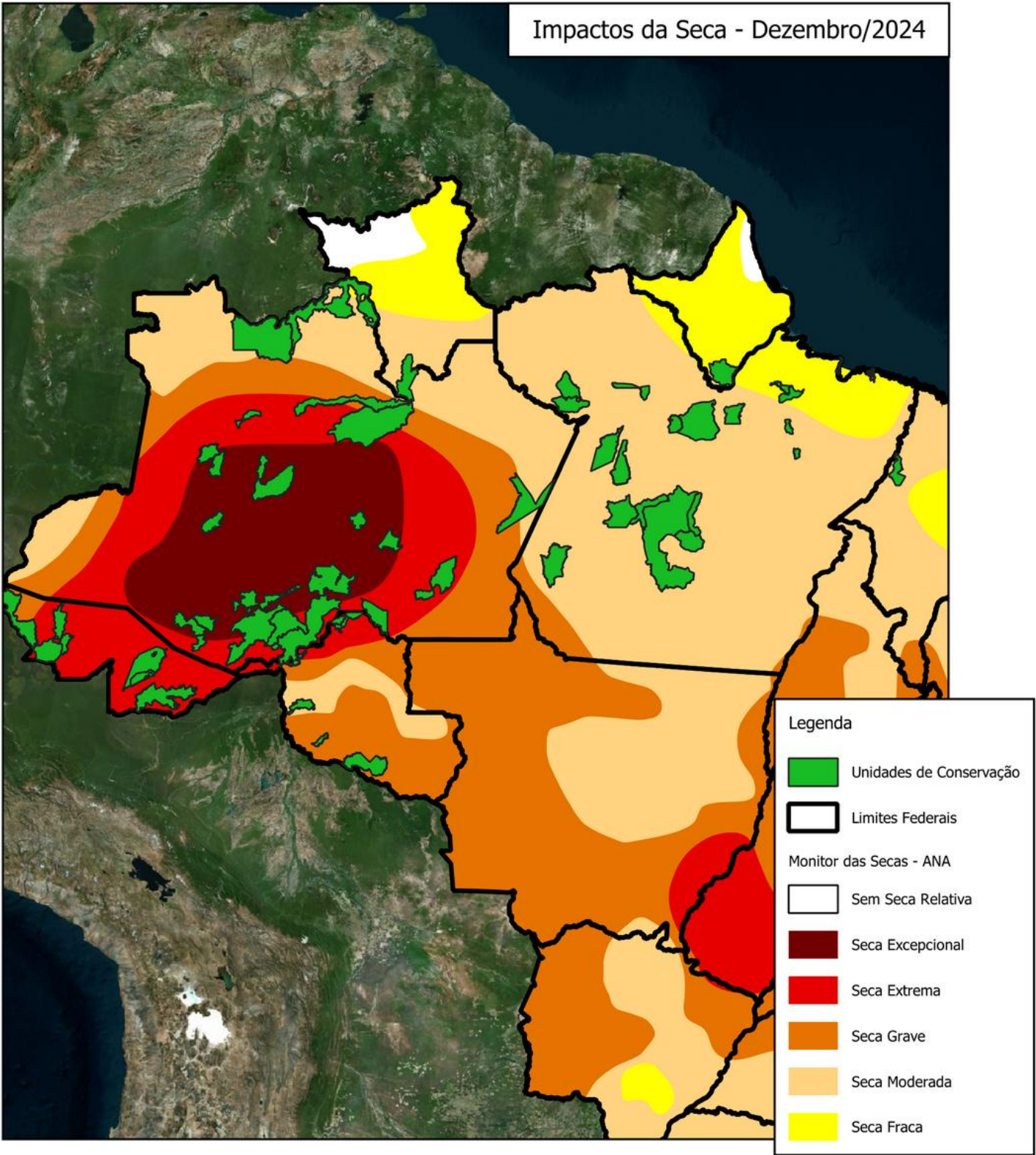
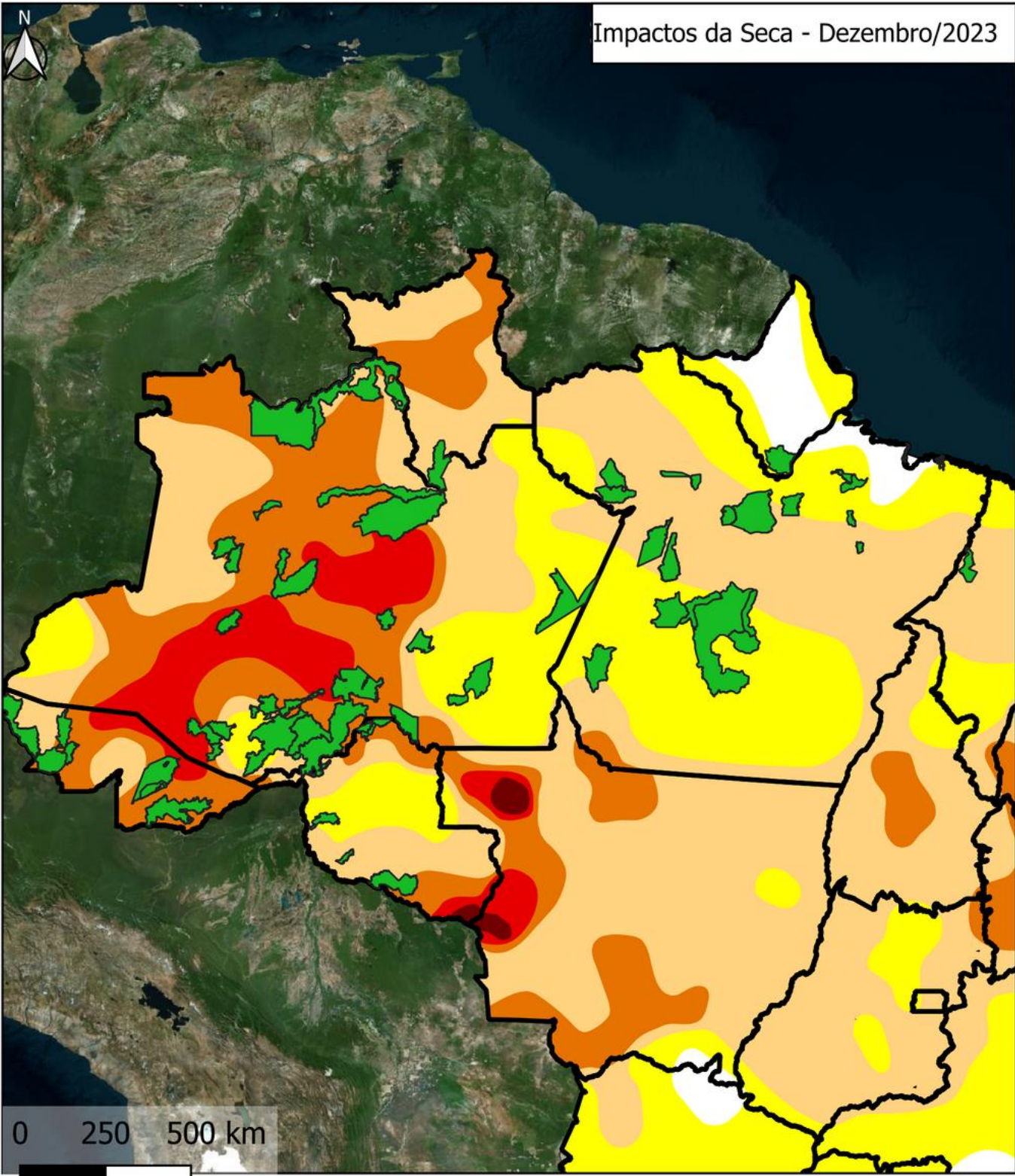
Número de Cestas - 132.031
Número de Famílias Atendidas - 36.464

Monitoramento da Seca - 2023/2024



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Coordenação de Emergências Climáticas e Epizootias
Emergência Seca





Fonte: ICMBio, Google Satélite, IBGE, ANA, SIRGAS 2000.

Elaborado por: AMCBA, 2025.



Ações do ICMBio na Emergência do Rio Grande do Sul

Iniciadas em 30 de abril de 2024 com a mobilização das Unidades de Conservação e Gerência Regional Sul – GR 5, de modo a se preparem logisticamente para as chuvas previstas para 01 e 02 de maio

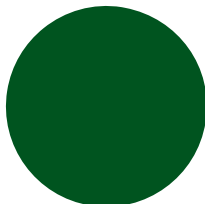
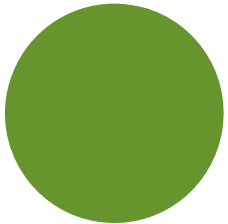
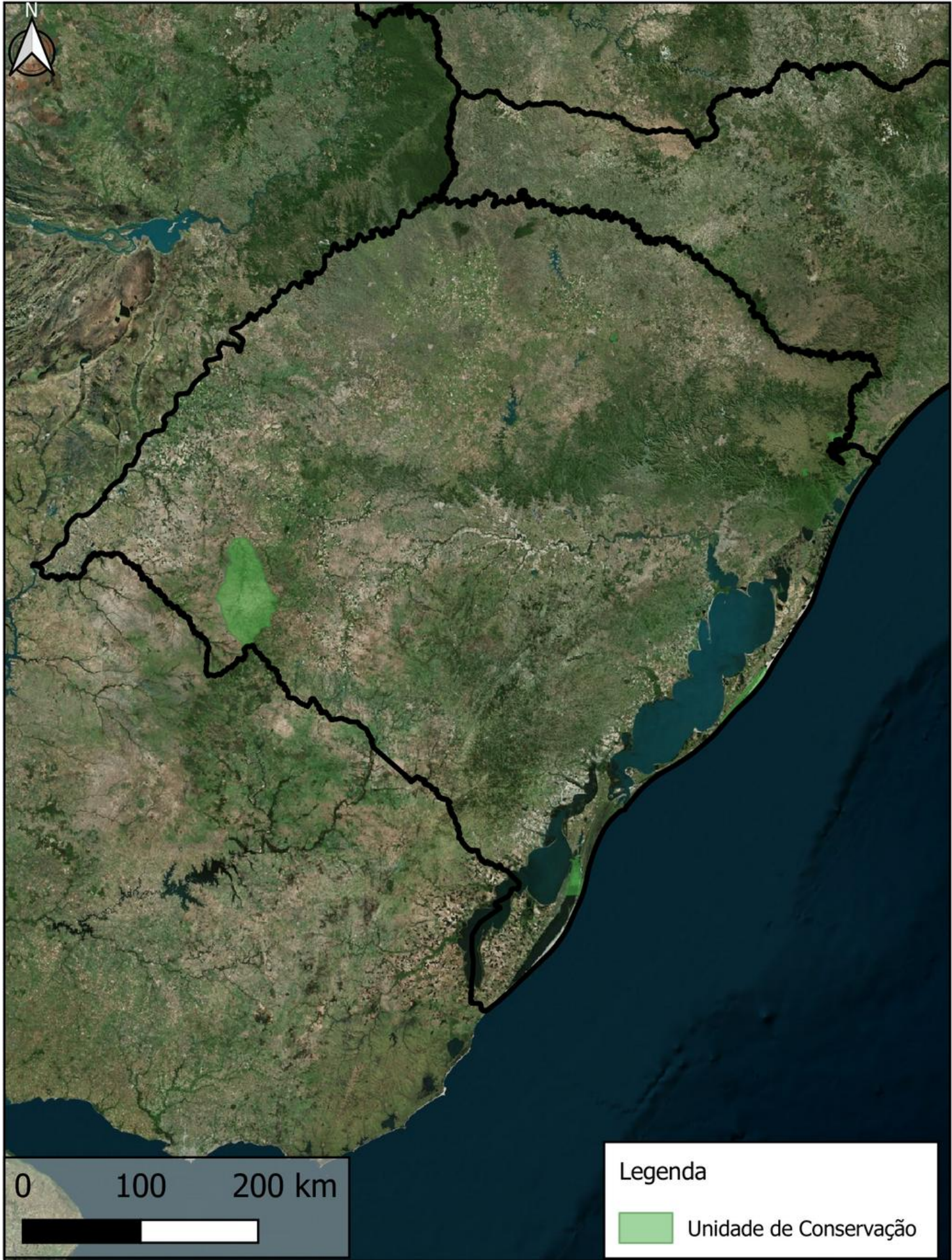
No total, 17 unidades administrativas do ICMBio compõem a Operação Emergencial Inundações RS:

- Coordenação de Emergências Climáticas e Epizootias – DF
- Núcleo de Gestão Integrada Passo Fundo – RS;
- Estação Ecológica do Taim – RS
- Estação Ecológica Aracuri-Esmeralda – RS
- Área de Proteção Ambiental de Ibirapuitã – RS
- Refúgio de Vida Silvestre Ilha dos Lobos – RS
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS
- Parque Nacional de Aparados da Serra – RS
- Parque Nacional da Serra Geral – RS
- Floresta Nacional de São Francisco de Paula – RS
- Floresta Nacional de Canela-RS
- Gerência Regional Sul do ICMBio – GR 5 – SC
- Núcleo de Gestão Integrada Florianópolis – SC
- Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – SC
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL) – SC
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) – SP
- Parque Nacional do Iguaçu – PR

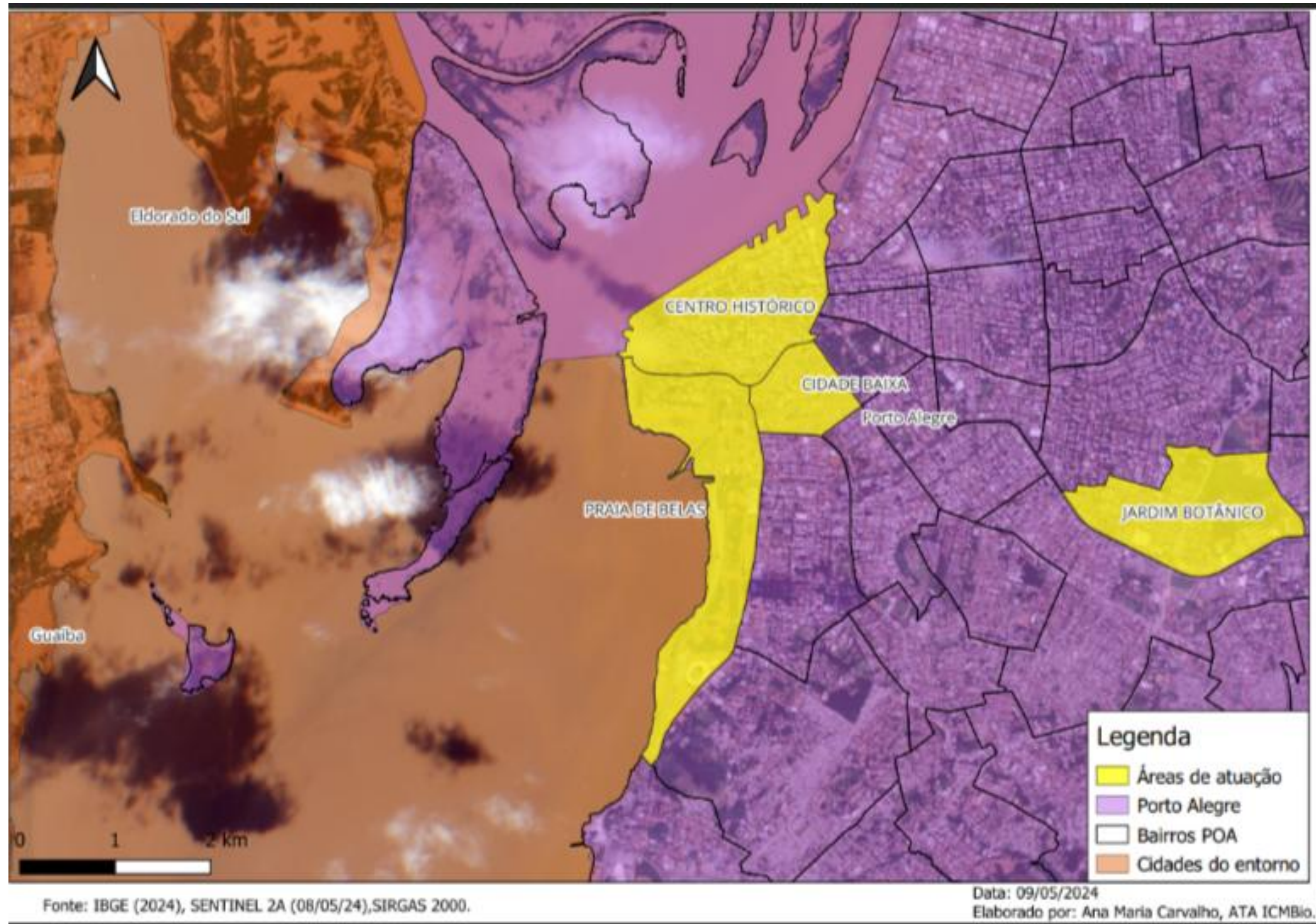


Foto: Marcelo Souza

09 Unidades de Conservação no
Estado do RS

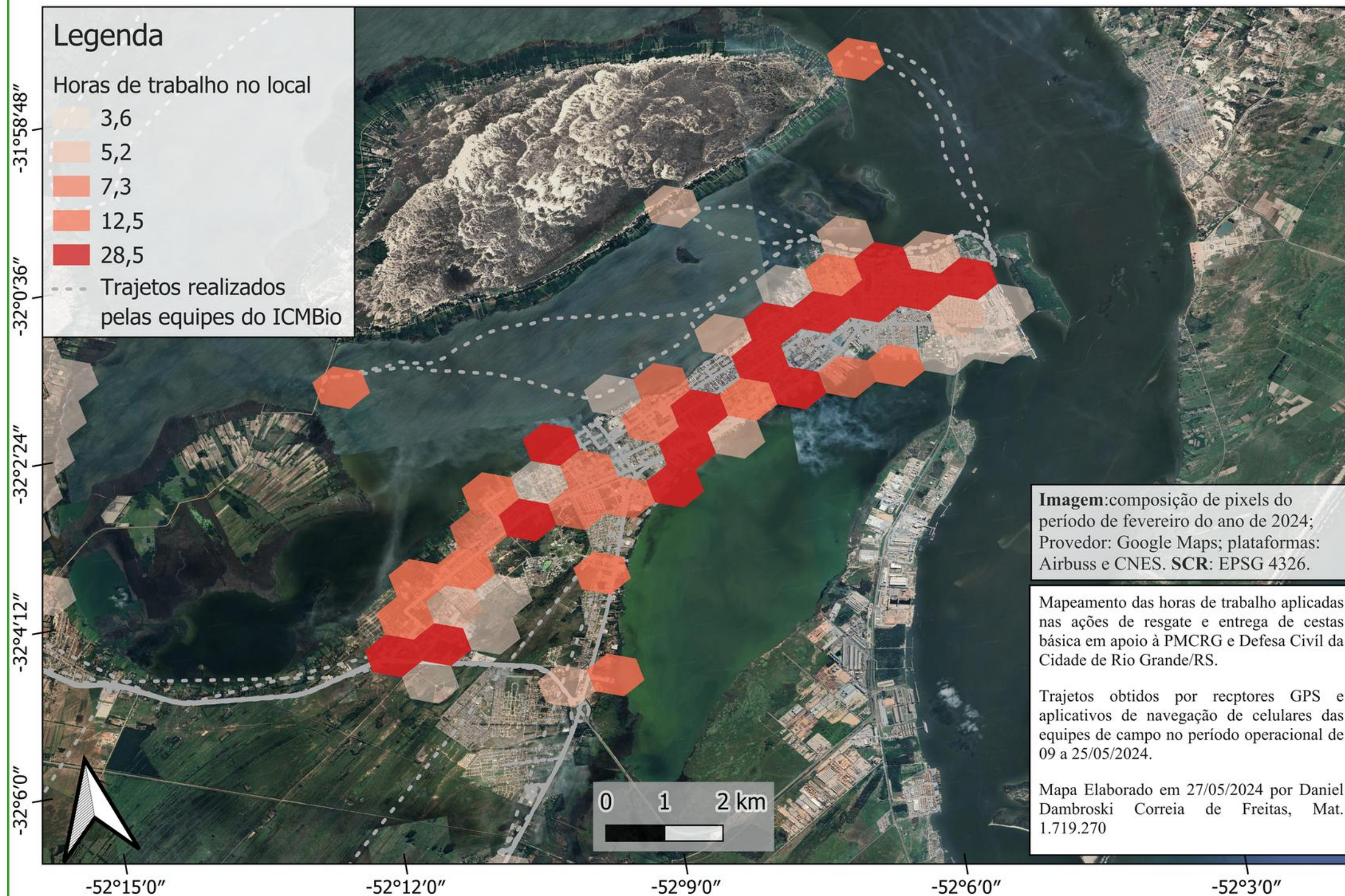


Áreas de atuação em Porto Alegre



Áreas de atuação da Equipe ICMBio e IBAMA no período de 08 a 11/05/24

Áreas de atuação do ICMBio na cidade de Rio Grande/RS.



Resumo Emergência

Inundações RS - 2024

Total de Unidades empregadas na emergência: 17
Total de Servidores na emergência: 51

Principais ações:

Entrega de 1.881 cestas;
Resgate de 2.143 animais;
Distribuição de 7.708 kg de ração;
Distribuição de água potável;
Resgate de 9 pessoas.



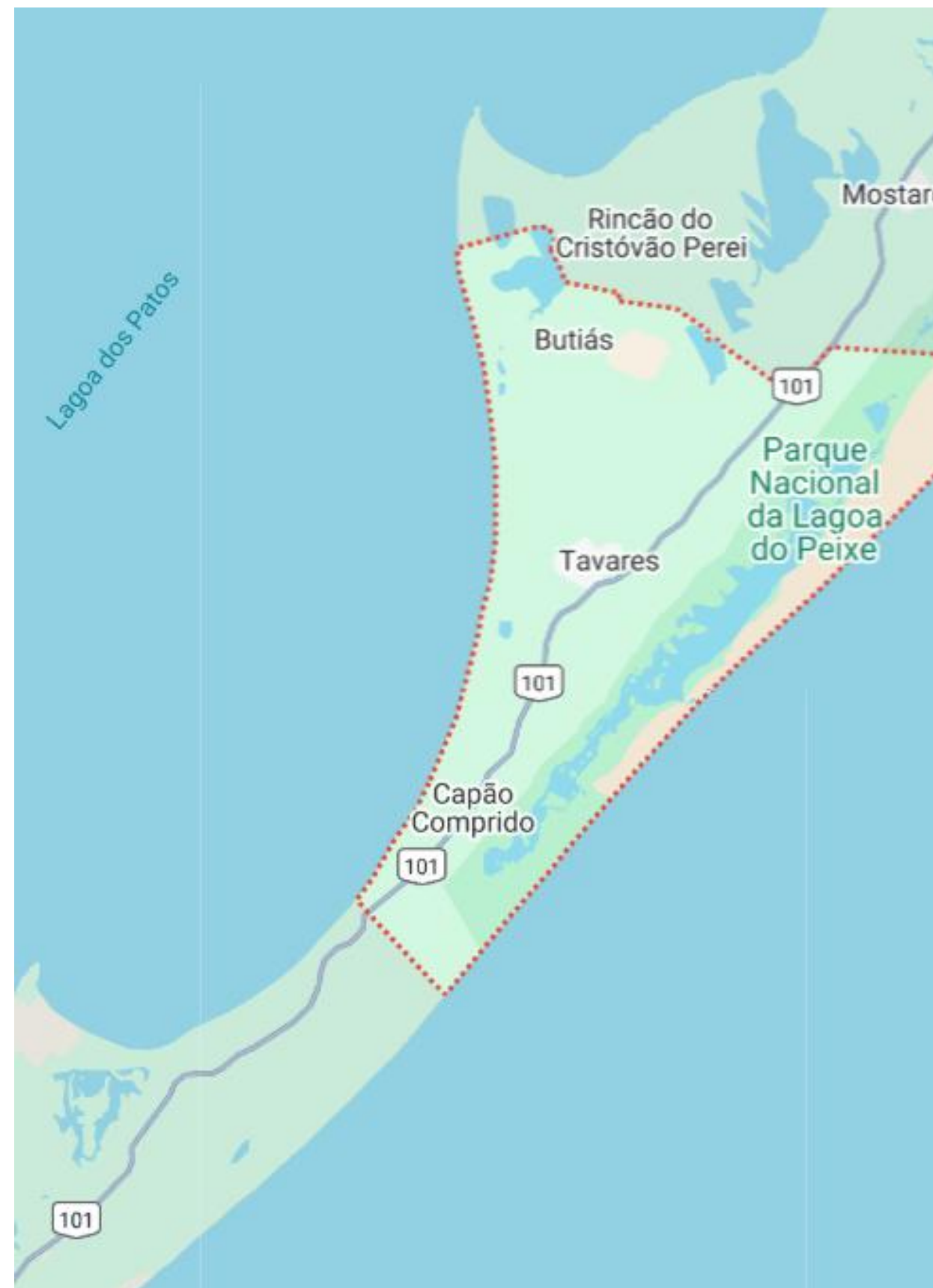
Foto: Guilherme Betiollo

Tempesta de Granizo 2025 - Tavares/RS

UC envolvida: Parque Nacional da Lagoa do Peixe



Solicitada entrega de
90 cestas básicas para
20 famílias de pescadores artesanais



Possíveis e Frequentes Emergências Observadas em Praias

- Manchas de Óleo (*)
- IAAP (gripe aviária)
- Encalhe de fauna
- Enredamento de fauna
- Mortes por Aumento de Temperatura
- Erosão Costeira
- Poluição

*Decreto nº 10.950, de 27/01/22 - Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional



Perspectivas da COECE

- Plano de Adaptação das Unidades de Conservação frente as Mudanças Climáticas;
- Inserir as informações dos fatores de risco/emergências enfrentadas pela UC no plano de manejo;
- Protocolos de Enfrentamento para cada Emergência (Seca, Inundação, fauna atingida por incêndio);
- Projetos de Pesquisa sobre impactos das mudanças climáticas na biodiversidade.





Gerência Regional 5

Telefone: (48) 98841-4102 (whatsapp)
e (48) 98838-5346

E-mail: gr5@icmbio.gov.br

Endereço: Rodovia Jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho,
s/n, km 2, Jurerê, Florianópolis – SC
CEP: 88.053-700





coece@icmbio.gov.br



61 2028-9388



@coece.icmbio

Obrigado!

Ugo José Borba Bezerra
Analista Ambiental



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA**

